

## **Eixo Temático**

### **7. Educação especial na Educação no Campo**

#### **Título**

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE**

#### **Autor(es)**

Tatiane Nunes Valente  
Edielso Manoel Mendes de Almeida

#### **Instituição**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP

#### **E-mail**

[tatianetvalente@gmail.com](mailto:tatianetvalente@gmail.com)  
[edielsoalmeida@bol.com.br](mailto:edielsoalmeida@bol.com.br)

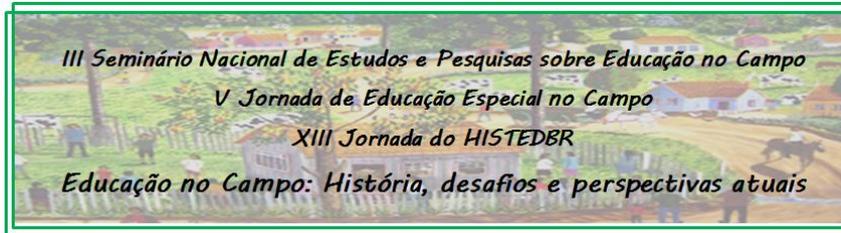
#### **Palavras-chave**

Inclusão; Prática Pedagógica; Desafio; Educação do Campo e Educação Ribeirinha

#### **Resumo**

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa realizada na Escola Foz do Rio Vila Nova, situada em uma área ribeirinha no Distrito de Anauerapucu, com o objetivo de identificar os desafios de incluir alunos com necessidades educativas especiais a partir da prática pedagógica do professor e da perspectiva de educação inclusiva, assim como, as barreiras que impedem este processo na diversidade da Amazônia Amapaense. Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com 5 professores do ensino regular, 1 professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a coordenadora pedagógica, assim como a observação da estrutura da escola e da prática da professora especializada e do professor que tem os alunos especiais na sua turma. Os resultados apontam que a inclusão dos alunos especiais está se efetivando por meio de parceria entre o professor do ensino regular e a professora do AEE, no planejamento, discussão e tomada de decisões; o conteúdo abordado é adaptado de acordo com as necessidades e as estratégias de ensino que evidenciam as potencialidades destes alunos. Concluiu-se que os professores desempenham um trabalho com responsabilidade e competência, mesmo sem o apoio da comunidade para aceitar e respeitar os alunos especiais e todas as dificuldades inerentes as peculiaridades e modo de vida próprios encontrados na diversidade da Amazônia Amapaense.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



## **Texto Completo**

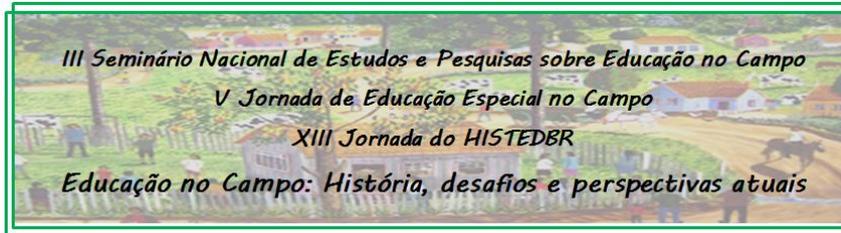
Quando se fala em pesquisa na educação, pode-se dizer que muitos estudos já foram realizados, porém existem ainda algumas lacunas que precisam ser investigadas, pois quando se aborda a inclusão, lembra-se muito das escolas urbanas, e a educação do campo fica esquecida, especificamente a educação em escolas ribeirinhas, principalmente as que se encontram na Amazônia Amapaense. Este estudo tem grande relevância, pois, de acordo com o censo do IBGE de 2010, existe mais de 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, o que significa que um quarto da população tem alguma deficiência. Destes, mais de 2 milhões estão em idade escolar, mas apenas 30% estão matriculadas. Lembrando que, somente a matrícula não configura inclusão escolar, é necessário que estes alunos estejam se comunicando, participando de todas as atividades, e principalmente aprendendo, que é a função primordial da escola.

Sabe-se que a inclusão é um processo, que perdura por mais de quinze anos, e como processo não se ensina, vive-se, cada escola vai passar por uma experiência inclusiva de modo e tempo distintos. Isso depende do interesse dos envolvidos, da realidade da escola, das necessidades dos alunos, da capacitação dos professores para rever sua prática inclusiva, o investimento em materiais didáticos, mobiliários e estrutura física, esses quesitos são importantes para a inclusão se consolidar. Em termos de educação inclusiva, a Amazônia Amapaense precisa de uma reflexão mais aprofundada, que discuta como educar alunos especiais em meio à riqueza animal, vegetal e mineral. Uma realidade social cheia de credices e costumes próprios do norte, que precisa ser respeitado, pois pouco se conhece dessas comunidades e sua diversidade, que vivem afastadas da cidade e que não podem simplesmente reproduzir a educação urbana, sem levar em consideração suas especificidades amazônicas e suas necessidades educacionais na perspectiva de uma escola inclusiva.

## **Metodologia**

Levando em consideração o interesse por este campo de estudo realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso na escola ribeirinha Foz do Rio Vila Nova situada no Distrito de Anauerapucu, município de Santana, Estado do Amapá.

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Para coletar os dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professores da sala de aula regular, um professor do AEE e a coordenadora pedagógica da escola, assim como a observação da estrutura da escola e da prática da professora do AEE e do docente que tem os alunos especiais na sua turma.

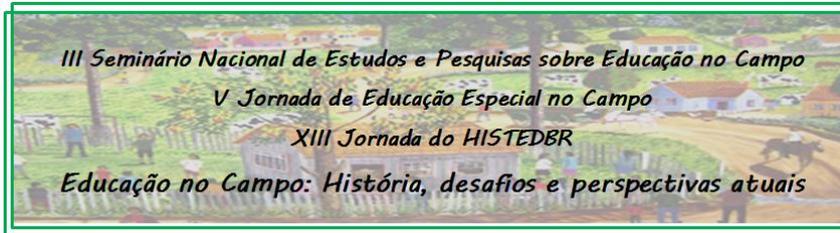
Também foi realizada a observação da prática pedagógica do professor da turma na qual estuda o aluno especial. Os dados coletados foram analisados a partir do referencial teórico adotado, tendo como pressupostos os autores que discutem a educação inclusiva.

### **Resultados e Discussão**

Durante o estudo bibliográfico foi possível perceber que a humanidade sempre teve reações variadas em relação as diferenças e conseqüentemente as pessoas que apresentavam alguma deficiência, de acordo com Veloso e Maia (2010) passaram 5 mil anos cometendo absurdos entre eles o extermínio (durou 3.500 anos), omissão (12 séc.), segregação (3 séc.), assistencialismo (170 anos), integração (30 anos) e atualmente estamos vivendo a educação inclusiva, que é pautada em um ideal que surgiu em 1994 na Declaração de Salamanca, criada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, mas que se consolidou legalmente em alguns países, somente seis anos depois. A educação inclusiva, há quinze anos é uma perspectiva da educação brasileira, segundo Ainscow (2004, p. 23).

A inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos inter-relacionados: a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço de socialização e aprendizagem; a sua participação efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de estímulos de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e a construção de conhecimentos, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão escolar.

Na realidade Brasileira a educação inclusiva é um ideal que está estabelecido, regulamentado e normatizado por legislação oficial, mas que tem muitas dificuldades para se solidificar. O que se vê é algumas escolas recebendo uma grande quantidade de alunos com deficiências distintas e ao mesmo tempo aprendendo com dúvidas, erros e



acertos, ou seja, com pouco conhecimento específico sobre as necessidades de alunos especiais.

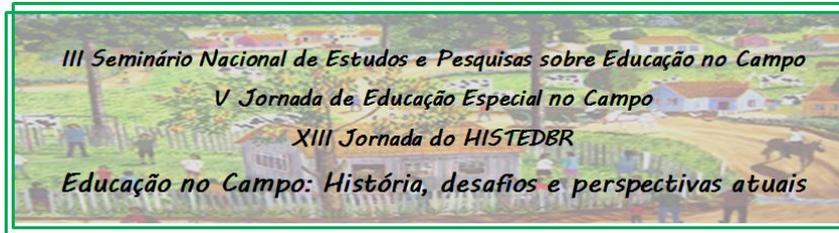
Werneck (2000 p.62) faz uma analogia interessante desta realidade quando compara o professor com um maestro ao enfrentar as dificuldades de sua profissão: “Como vai reger sem partitura uma orquestra desafinada, nem sempre a sensibilidade do maestro, quer dizer, do professor, foi trabalhada para captar essa harmonia arrojada, mas sua responsabilidade é fundamental para a inclusão”. É exatamente assim que o professor se sente, quando não tem os conhecimentos, os recursos indispensáveis e não sabe as estratégias que devem ser utilizadas e como adaptar o currículo, para que este aluno possa realmente aprender, ou seja, fazer cumprir a lei (Constituição Federal de 1988) educação de qualidade para todos.

Pode-se afirmar que o primeiro passo a seguir em uma perspectiva de educação inclusiva, seria realmente entender: o que é inclusão? Ou seja, compreender o que caracteriza uma prática inclusiva? E como a escola deve se organizar para esta nova concepção de desenvolvimento humano de respeito às diferenças?

Autores como Pletsch e Fontes (2006) afirmam que incluir alunos com necessidades educativas especiais não se justifica apenas em matricular este aluno em uma escola de ensino regular, mas é necessário que os professores promovam a participação, comunicação e o aprendizado, e para atingir esta meta de uma escola inclusiva, se faz imprescindível conhecer suas necessidades educativas para preparar um ambiente propício para seu desenvolvimento, que também leve em consideração suas potencialidades.

Neste estudo abordou-se a inclusão em uma escola ribeirinha, que está situada dentro do contexto da região Norte, na Amazônia Amapaense, onde a diversidade é a principal característica da região Amazônica. Tal heterogeneidade é explicada por Almeida (2010, p 23) ao afirmar que:

[...] este vasto território é habitado por caboclos, garimpeiros, posseiros, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, pescadores, coletores, agricultores rurais, colonos, imigrantes, atingidos por barragens, dentre outros povos que (re)constroem o espaço amazônico.



Podem ser considerados como ribeirinhos, as pessoas que habitam as margens dos rios, dele tirando seu sustento e tendo uma relação dinâmica com a natureza. De acordo com Canto (2007, p. 18) os ribeirinhos “vivem do extrativismo, principalmente do fruto do açazeiro, da pesca, da diversificação da produção em que ocorre a contribuição da agricultura, criação de gado, pesca e a cultura de autoconsumo e auto sobrevivência”.

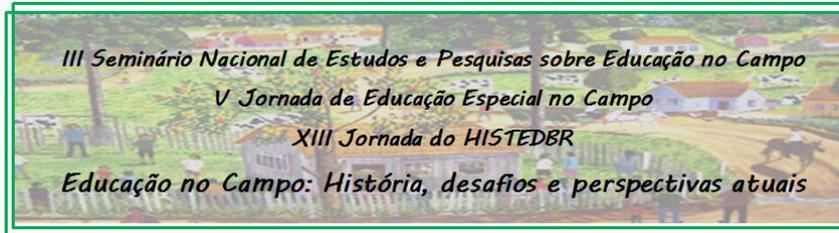
A escola Foz do Rio Vila Nova, é considerada ribeirinha, porque a comunidade na qual está localizada reproduz de maneira simples uma relação de dependência com a natureza, retirando dela o açai e o peixe para sua sobrevivência. Utiliza o rio como via de transporte para a cidade, para comercialização de produtos e também para o acesso à escola. As suas águas servem para o consumo, higiene pessoal e uso doméstico. O rio e a mata também são habitat dos seres encantados, que são temidos e respeitados por eles.

Esses costumes são necessários a sua sobrevivência, são saberes passados de geração a geração, que devem ser respeitados e dialogados na escola, para que o professor evidencie sua importância, contextualizando com os novos conhecimentos adquiridos no currículo escolar. Os instrumentos legais utilizados na escola, são elaborados para atender as necessidades das escolas urbanas, que não são as mesmas especificidades de uma escola ribeirinha. No entanto, a escola desenvolve projetos pedagógicos nos quais a realidade ribeirinha é evidenciada e respeitada de certa forma, de acordo com a entrevistada CI.2 (coordenadora) que afirma:

O projeto sustentabilidade em que os alunos cuidam da horta escolar, que eles conhecem muito bem por já fazer parte do seu dia a dia. Também o projeto desfile fluvial que acontece em 7 de setembro, em que em vez de desfilar em ruas (não existe na realidade ribeirinha) eles desfilam em barcos, catraias, rabeta, voadeira e lanchas e toda a comunidade participa.

Como observado, de acordo com o comentário da coordenadora pedagógica, a escola evidencia os saberes populares e as características da realidade em que vivem, tentando adaptar o que estabelece a proposta curricular do meio ribeirinho.

Na Amazônia a maioria das escolas são organizadas em multianos (conhecida antes como multisseriadas), onde um único professor ensina para dois ou mais anos ao



mesmo tempo (em quatro horas/aulas diárias), no mesmo espaço físico (sala de aula), realidade encontrada na escola Foz do Rio Vila Nova.

Essa forma de organização se dá por diversos fatores, como falta de espaço físico na escola, poucos alunos matriculados e insuficiência de docentes com nível superior disposto a dar aula em uma escola ribeirinha. Estes motivos foram encontrados na escola pesquisada, onde existem duas turmas multianos.

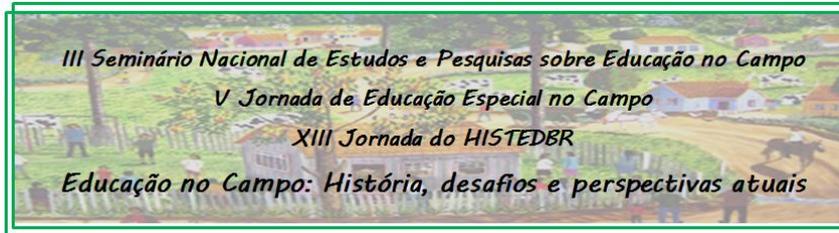
A primeira entrevistada foi a professora T.1, que realiza o Atendimento Educacional Especializado aos dois alunos com necessidades educativas especiais. Apesar da professora ter apenas 6 anos de experiência na educação, é a única que tem especialização e está cursando o mestrado.

O professor D.3 é o único da escola, que este ano tem em sua sala, alunos com necessidades educativas especiais, por este motivo, a análise será feita a partir da prática deste professor, devido ao processo de inclusão efetivar-se na sala de ensino regular. A escola atende um alunos especiais, que de acordo com o diagnóstico médico apresenta Deficiência Intelectual (DI), para conhecer melhor as quais as características dessa deficiência, a psicopedagoga especialista em Inclusão, Daniela Alonso (2011, p. 9) explica:

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras e realizar atividades cotidianas (ações de autocuidado). A capacidade de argumentação desses alunos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo.

Essas características e outras foram encontradas no aluno especial atendido pela escola. Para entender melhor que estratégias exigem essa deficiência, Alonso (p.9) continua a relatar sobre o desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual dizendo que:

A deficiência intelectual exige estratégias diferenciadas por parte do professor, diversificando os modos de exposição nas aulas, relacionando os conteúdos curriculares a situações do cotidiano, o



melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem.

O professor da sala de aula regular (turma em que o aluno está matriculado) informou que durante sua formação, enquanto docente, nenhuma disciplina abordou o assunto inclusão, nem participou de projetos relacionados ao tema; mas o fato de estar disposto a conhecer este processo inclusivo e principalmente querer desenvolver um bom trabalho, apesar de ser um professor com 19 anos de experiência procura tirar suas dúvidas e planeja a partir da necessidade do aluno, isso demonstra que suas atitudes são propícias a inclusão.

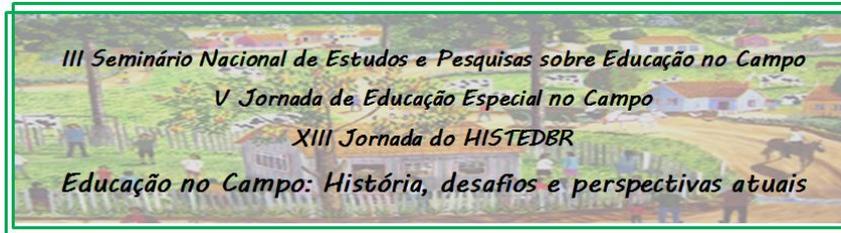
A necessidade do aluno requer um atendimento diferenciado, ele faz com que eu me prepare, apesar de não ter tido essa formação, eu procuro ajudá-lo a superar suas dificuldades, apesar dele ter um ritmo mais lento, procuro trabalhar de acordo com a realidade dele. (Prof<sup>o</sup> D.3)

Apesar do professor admitir ausência de formação em relação a inclusão e demonstrar preocupação, pode-se observar que está carência está sendo suprida no dia a dia, com o apoio da professora do AEE, quando eles desenvolvem um trabalho em equipe, e também ao demonstrar-se disposto a participar realmente deste processo, conhecendo melhor o aluno, observando suas dificuldades e querendo melhorar como profissional para possibilitar seu desenvolvimento e de seu aluno, Segundo a entrevistada CI.2:

É muito bonito ver a parceria do professor D.3 e da professora T.1, eles planejam juntos, pensam nas melhores estratégias para desenvolver as atividades. Como professora do AEE ela dá todo o apoio para ele. Estou aprendendo muito com essa relação profissional deles dois.

De acordo com os Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (p.22): o professor de AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades. [...] A educação do campo, deve assegurar que os recursos e serviços sejam construídos com base nas diferenças socioculturais.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Na escola Foz do Rio Vila Nova, a professora T.1 é a responsável em realizar esta missão mencionada acima, e que desempenha com muita eficiência, ela é quem faz o trabalho de esclarecer as dúvidas dos professores da escola em relação ao processo inclusivo, e trabalha junto com o professor D.3. Durante a observação na pesquisa ficou evidente que eles desenvolvem um trabalho com muita competência que está surtindo resultados positivos e fez com que os professores abraçassem e acreditassem nesta causa.

Quando questionados se acreditavam que a inclusão poderia dar certo, 100% dos entrevistados responderam que sim e ao descrever o trabalho pedagógico em relação ao processo inclusivo de sua escola, é relatado de maneira positiva: como um trabalho árduo, feito com responsabilidade, em conjunto, em prol do aluno para uma educação eficaz e reconhecem a importância do trabalho do professor D.3 e da professora T.1, que afirma:

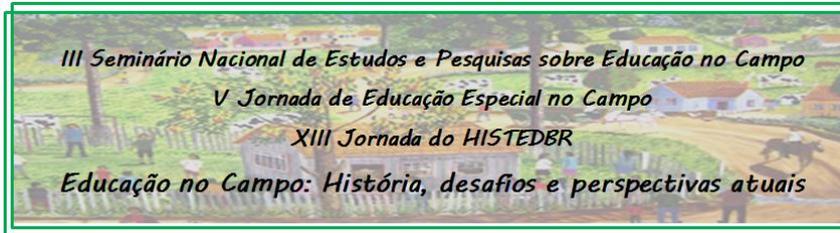
Me identifico muito com o método lúdico, desenvolvo junto com o aluno jogos e atividades para trabalhar, por exemplo, matemática, eu começo no quadro, mas explicou com o material dourado, faço-o entender brincando, ele compreende e responde, representando quantidade com o material concreto (Professora T.1)

A professora também menciona uma das dificuldades enfrentadas, que conseguiu superar com muito esforço e dedicação, no início era um trabalho solitário, mas quando o governo federal criou a sala de recursos multifuncionais e equipou com materiais próprios para auxiliar no processo de inclusão, o desenvolvimento do trabalho e os resultados melhoraram. A professora explica:

Quando cheguei na escola, não havia material pedagógico, para trabalhar com aluno especial, eu criei os materiais e os jogos, construí junto com o aluno, assim ele aprende mais, pegamos figuras de revistas que ele escolheu, a gente cortava e montava um quebra-cabeça, também com copinho de iogurte, caixa de leite, tampa de garrafa, montávamos joguinhos para trabalhar quantidade. Agora, com o recurso que chegou do MEC, temos computador, livros, historinhas, jogos, materiais diversos, estamos bem 'supridos'. (Professora T.1)

Esta é uma prova de que a sala de recursos multifuncional, junto com um professor do AEE comprometido com seu trabalho, podem ajudar muito no

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

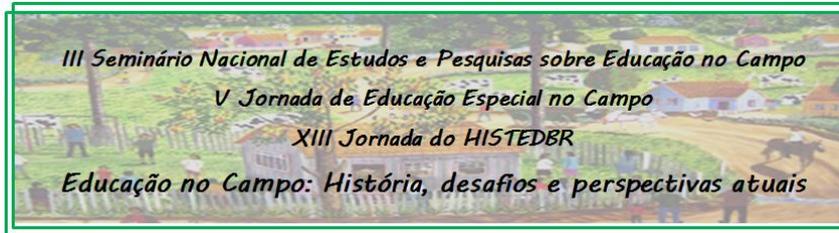


desenvolvimento do aluno e, conseqüentemente, para o resultado positivo do processo inclusivo, que exige que o aluno tenha suas necessidades atendidas e principalmente construa o conhecimento. Que é reafirmado por Alonso (2011, p. 4) ao explicar que “É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades, usar estratégias diversificadas e mostrar exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas”. Quanto ao saber popular local a professora informou que sempre inicia a explicação do assunto a partir do que os alunos sabem, e ao dar continuidade ao novo conhecimento, faz mais sentido para eles. Discutem sobre a linguagem local, o trabalho na floresta. Os alunos também ensinam muito para a professora os seus conhecimentos empíricos que são necessários para quem vive em um contexto ribeirinho é fundamental, ela explica:

Os alunos e a comunidade acrescentaram muito ao meu saber, aprendi sobre algumas doenças, eles me ensinaram remédios e cuidados que devem ser tomados. Lá tem um carapanã de quarenta dias, que eu desconhecia. A comunidade acredita em cobra grande, mãe do mato, festa de santo, pedir licença para entrar na mata, esses mitos locais, é a cultura deles e tem que se respeitar e quando possível acrescentar esse saberes no conteúdo. Por exemplo, na disciplina ciências, vamos falar de água, então falamos a importância de cuidar do rio e da floresta, não poluir e preservar. (Professora T.1)

A professora relata também a falta de planejamento, por parte do governo federal que envia materiais para outros tipos de deficiência, enquanto a escola precisa de recursos diferentes do que é mandado, acrescenta ainda o fato de não serem ouvidos no momento da escolha ou envio de materiais, para serem trabalhados de acordo com as necessidades dos alunos.

Ao perguntar sobre o papel da família do aluno especial, em relação ao processo de inclusão, foi relatado que as famílias às vezes mais atrapalham que ajudam, porque não assume algumas responsabilidades que só cabe a eles, e que de alguma forma, acaba prejudicando o processo de desenvolvimento e a aprendizagem, tais como, ter que levar o aluno especial para fazer exame de vista e outros “Um dos alunos precisa de óculos, tem problema para copiar do quadro e enxergar, mas a família diz que é só uma coceira no olho e não faz nada”. (Professora T.1)



Pelo baixo poder aquisitivo das famílias dos alunos, os pais não têm condições financeiras de comprar material escolar, e por não serem alfabetizados, não conseguem ajudar a resolver as tarefas escolares que seus filhos levam para casa. Para a escola é até compreensível, mas a participação da família é importante neste processo, “eles precisam realmente acreditar e colaborar para que a inclusão possa dar certo, é um trabalho em equipe, a escola está fazendo sua parte”. (Entrevistada I.2)

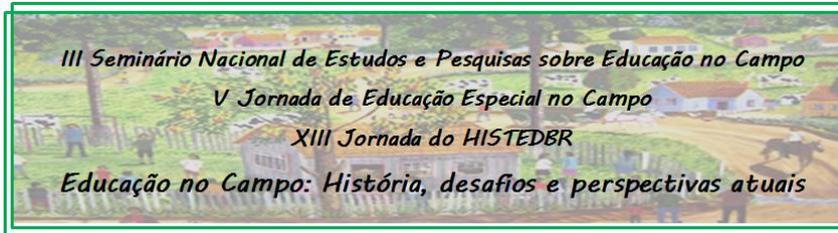
Em relação as famílias dos alunos sem deficiência, quase todos os entrevistados afirmaram que uma das barreiras é a maneira como eles tratam e acabam ensinando aos seus filhos a ter atitudes de preconceito que acabam excluindo o aluno, assim é necessário melhorar a concepção das famílias em relação ao aluno especial, a respeito do comportamento das famílias e dos demais alunos a coordenadora afirma:

Uma das maiores dificuldades da escola é a família, que passa uma ideia errada para a criança, que ele é doente, que não pode ficar perto, tentamos desconstruir aos poucos essa concepção errada, que apesar de não quisermos afirmar acaba sendo uma forma de preconceito. (Entrevistada I.2)

Ao tratar sobre a inclusão e qual o caminho a seguir para conquistar esse ideal na escola Foz do Rio Vila Nova, as respostas foram voltadas para as atitudes da comunidade, eles acreditam que enquanto não mudar a consciência das famílias, seu comportamento e de seus filhos em relação ao aluno especial, continuará sendo um trabalho que não irá avançar, pois a inclusão não depende só da escola, mas é preciso que todos participem, é responsabilidade da sociedade também. Como desabafou a professora:

Acredito que a inclusão pode dar certo, porque estamos lutando para isso, estudando muito, correndo atrás, fazendo a nossa parte, mas o êxito depende da sociedade em geral. A minha angústia é a falta de respeito e o preconceito. Desejo que a sociedade possa olhar o ser humano como ele é, sem achar que ele é diferente, sem julgar e ver como ele é igual. (Professora T.1)

O melhor argumento para este problema ainda é usar a lei, e tentar explicar para os pais que é um direito do aluno especial aprender junto com os demais alunos. Tudo que é novo sempre assusta, da mesma forma que as mudanças causam certas



resistências, mas que devem ser discutidas, a partir da argumentação daqueles que resistem, buscando causar a reflexão dos que não aceitam este processo.

Essa barreira causada pela falta de conhecimento é uma dificuldade, que precisa ser transposta a partir de esclarecimentos e diálogo na escola, com toda a comunidade escolar, através de cursos, oficinas, debates, palestras, seminários e ações que melhorem seu pensamento e atitudes em relação ao aluno especial. Cabe a escola esta missão. Segundo Santos (2006, p.05) para a relação escola x família dar certo depende:

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária e de responsabilidades.

Werneck (2000 p. 55) discorre sobre a importância do convívio inclusivo, “Quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquirirá o genuíno conhecimento, fica fácil entender que a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência, a segregação prejudica a todos”. A inclusão permite que os alunos tenham oportunidades de conhecer e vivenciar a existência humana com todas suas dimensões, com os desafios e superações que fazem parte da vida e acrescentam a suas experiências e conseqüentemente a sua formação, tornando-os mais humanos.

É o que falta para vencer esta barreira, a família e a escola se aproximarem de maneira harmônica, e compromissada, promovendo encontros de formação, onde a instituição deve organizar um momento de conversa para ouvir a comunidade e explicar a importância e o objetivo de promover a inclusão, e que o convívio entre os alunos “com deficiência” e “sem deficiência” beneficia ambos os lados, para inclusiva alcançar o sucesso que se almeja, depende da realização dessas ações, causando uma reflexão para que todos envolvidos possam respeitar e principalmente assumir este compromisso como educação inclusiva.



## Conclusão

Antes de apresentar as considerações finais desta pesquisa, faz-se necessário descrever inicialmente a ansiedade em conhecer o lugar, que criou uma expectativa cheia de ideias ilusórias, que foram substituídas imediatamente ao conhecer a realidade da escola ribeirinha Foz do Rio Vila Nova.

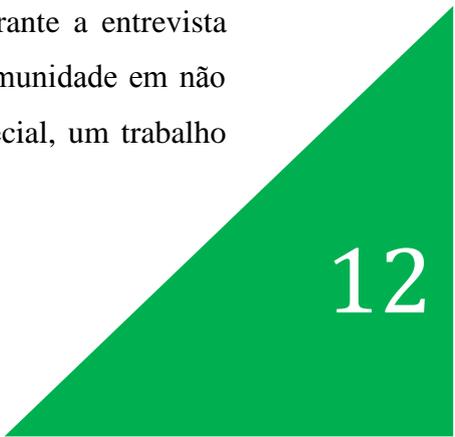
Não há como deixar de mencionar, o primeiro contato com a escola, que causou um sentimento de “medo”, ao olhar ao redor o cenário era somente de águas turvas do rio e árvores para todos os lados, também o fato da casa mais próxima estar a quilômetros de distância, além do único meio de locomoção existente (catraia) que transporta funcionários e alunos, não ficar à disposição da escola, então o isolamento e a ausência de sinal (operadora de telefone) para se comunicar com a cidade no caso de uma emergência, provocou insegurança e uma sensação de abandono.

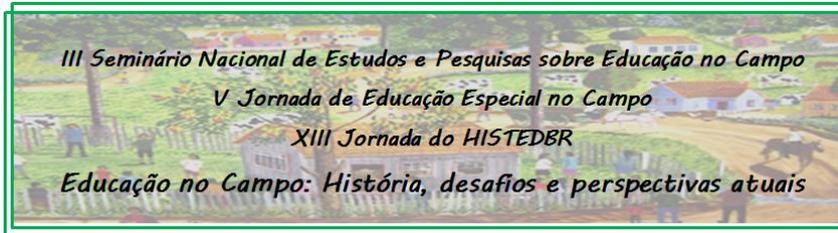
Esta primeira impressão deixou bem claro o quanto é difícil essa adaptação, que passou a ser o primeiro desafio da pesquisa, se acostumar a viver sem os meios de comunicação como telefone e internet, além de supermercados, carro, lojas, restaurante, enfim, todas as facilidades da realidade urbana. Exige-se um estilo de vida necessário para viver em uma comunidade ribeirinha, que conseqüentemente influencia a escola por estar localizada nesta realidade e também exigindo que os professores acompanhem esta cultura, construindo uma nova identidade correspondente a este meio, que é bem diferente do encontrado na cidade.

Este estudo deixou claro que é um desafio promover a inclusão em escolas ribeirinhas devido as barreiras dificultarem este processo de se consolidar plenamente, que foram encontradas na falta de conhecimento da comunidade escolar, ou seja, na falta de apoio nos problemas consequentes da deficiência, pois os pais não se responsabilizam por seu filho, quanto a ajuda nas atividades escolares ou de leva-lo para fazer os exames necessários para sua saúde.

As barreiras também estão presentes na maneira como as famílias dos alunos sem deficiência educam seus filhos a serem preconceituosos, agindo com discriminação e desrespeito em relação ao aluno especial. O que foi elencado durante a entrevista como um “desafio” a ser alcançado, seria vencer a resistência da comunidade em não querer mudar seu pensamento e atitude de desrespeito ao aluno especial, um trabalho

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





que exige um planejamento de formação para a comunidade, afim de que entendam o que é educação inclusiva, qual sua importância e quais benefícios pode trazer para todos na escola.

Os alunos especiais devem estar juntos com outras crianças, tendo todos os seus direitos atendidos, a prática contrária seria retrocesso na lei e na história da educação especial. Ao lembrar da época que eram exterminadas, humilhadas, sem ter direito algum, pode-se dizer que foi um avanço, como se tivesse derrubado uma grande e grossa muralha cheia de concepções erradas, mas hoje existe um leve véu, ainda que resistente, impedindo que se avance com as metas da inclusão, parece ser uma pequena barreira a ser transposta, mas é um véu de preconceito, discriminação ou falta de conhecimento, sendo necessário que se construa uma consciência de respeito as diferenças.

Na verdade a ausência do respeito, encontra-se até mesmo entre os estudiosos da inclusão, quando em palestras, debates ou decisões a serem tomadas a respeito dos deficientes, sempre tem-se pessoas “sem deficiência alguma” discutindo o tema. Parece que as pessoas ditas “normais” estão sempre decidindo pelos deficientes o que é melhor para eles. Acredita-se que as pessoas especiais devem estar presentes não só como ouvinte, mas como agentes que possam estar envolvidos nas discussões e decisões sobre uma escola que esteja realmente comprometida com a inclusão, que é um processo em que cada escola vai viver de forma diferente, tentando encontrar o melhor caminho para fazer que todos participem do processo de educação inclusiva e compreendam que a diversidade é positiva, com a idéia que devemos buscar a “igualdade” ou o respeito mesmo na diferença.

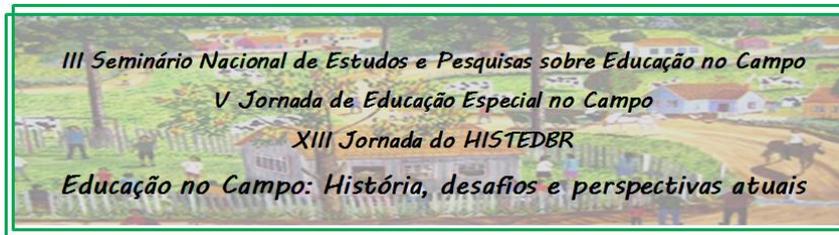
### Referências

AINSCOW, M. **O que significa inclusão?** Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: abril de 2014.

ALMEIDA, Edielso M. M de. **Educação Ribeirinha na Amazônia**. São Leopoldo/RS: Oikos, 2010.

ALONSO, Daniela: **O que é deficiência intelectual**. Revista Nova escola. Texto de: Ricardo Ampudia., publicado em agosto de 2011. <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml>.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



BRASIL. Ministério da educação. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso: 19 de fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial: Na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CANTO, O. do. **Várzea e varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas**. Belém: MPEG, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PLETSCH, Márcia. D.; FONTES, Rejane. de S. **A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: diretrizes, práticas e resultados de uma experiência brasileira**. Revista Educar Jalisco. México, n. 37, p. 87-97, 2006.

SANTOS, Monica Pereira dos. **A inclusão e as relações entre a família e a escola**. Artigo publicado disponível em <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/A%20Inclusao%20nas%20Relacoes%20entre%20a%20Familia%20e%20a%20Escola.pdf>>. acesso em: 30/03/2015

SOARES, Carminha. **A Inclusão Social e a Mídia: um único olhar**. São Paulo: Cortez, 2009.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprendendo Libras com Eficiência e Rapidez**. 8.ed. Paraná: Mãos Sinais, 2013.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**, 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.